

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSP-CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR REALIZADA EM SÃO PAULO/SP NOS DIAS 06, 07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2015

A reunião contou com 174 participantes credenciados, sendo 93 representantes com direito a voto e 79 observadores. Dos 93 com direito a voto, 89 eram do movimento sindical, entre sindicatos, federações, oposições e minorias e 4 eram de outras organizações, entre movimentos populares, organizações estudantis e de luta contra as opressões. Tivemos ainda a presença de 2 pessoas de organizações não filiadas.

Relação das Entidades participantes da reunião:

FNTIG-FEDERAÇÃO NACIONAL DOS GRÁFICOS, SINASEFE-SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, ANDES-SN- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM E ANANINDEUA/PA, SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELEFONIA E OPERADOR DE MESAS DE TELEMARKETING-SINTTEL/PA, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA/CE, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, SINDICATO METABASE DE CONGONHAS/MG, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOÃO DEL REI/MG, SINTECT-SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS/PB, SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BAYEUX-SINTRAMB/PB, SIMPERE-SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE OFICIAL DO RECIFE/PE, SINDITEST/PR, SINDEESS-SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE BH E REGIÃO/MG, SINDIPETRO/AL E SE, SIND-REDE/BH- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG, SINTAPPI-SIND DOS TRAB EM ACESSORAMENTO E PESQUISA DE MG, SINDICATO DE SERVIDORES MUNICIPAIS DE TERESINA, SINDSAÚDE-SINDICATO DOS SERVIDORES DA SAÚDE/RN, SINDSEF-SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINTRAJUFE-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MPU DO MARANHÃO, SINDSALEM-SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, SINTRAJUD-SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS CORREIOS DO VALE DO PARAÍBA-SINTECT-VP/SP, SINTRO-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE FORTALEZA/CE, SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP-SINTUSP, MINORIA DO SINTE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, MML-MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, MOVIMENTO NACIONAL QUILOMBO RAÇA E CLASSE, MOVIMENTO LUTA POPULAR, SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE IPOJUCA/PE, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES RURAIS DE SERGIPE, SINDICATO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES RURAIS DE PEDERNEIRAS/SP, SINDICATO DOS AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES RURAIS DE CAMPO FLORIDO/MG, MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PRESIDENTE VENCESLAU E MARABÁ PAULISTA/SP, ACAMPAMENTO RURAL SOL E LUA/SP, SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE DUARTINA/SP, SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DE MINEIROS DO TIETÊ/SP, SINDICATOS DOS EMPREGADOS RURAIS DE ITAPUÍ E BORACEIA/SP, SINDICATO DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES RURAIS DE DESCALVADO/SP, FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/RJ, OPOSIÇÃO BANCÁRIA /SP, ANEL-ASSEMBLEIA NACIONAL DOS ESTUDANTES-LIVRE, MINORIA DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS/SP, SINTETI-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAIS DE FORTALEZA/CE, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE DIVINÓPOLIS E REGIÃO/MG, STIG-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SINTECT-SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS/PE, MINORIA DO SINTECT-SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS-SC, SINDCONIR-SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE NOVA IGUAÇU E REGIÃO/RJ, SINTUR-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRRJ, SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE-SEEB/RN, FNOB/SP, FNOB/RN, SINTEST/RN, SINDICAIXA-SINDICATO DOS SERVIDORES DO QUADRO ESPECIAL DA SARH/RS, SINDCOMERCIÁRIO-SCS-SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SANTA CRUZ DO SUL, SINDPPD-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS/RS, ADMAP-ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO VALE DO PARAÍBA E REGIÃO/SP, ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA/BA, ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA, ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE GOIÁS, SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO-SEEB BAURU, SINTECT- SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, MINORIA FASUBRA, MINORIA STU-UNICAMP/SP, MINORIA APEOESP, MINORIA SIMPA-SIND. DOS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE,

OPOSIÇÃO ALTERNATIVA APEOESP, OPOSIÇÃO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ-APP/PR, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/DF, OPOSIÇÃO SIND-SAÚDE/PA, MINORIA SINTEPP/PA, OPOSIÇÃO SINTECT/RJ, OPOSIÇÃO SINTECT/SP, OPOSIÇÃO SINDQUINZE-VIVA VOZ/SP, OPOSIÇÃO ALTERNATIVA DE LUTA-SINTAEMA/SP, OPOSIÇÃO QUIMICOS SJC, COMANDO DE BASE DA CAPITAL/SP, OPOSIÇÃO MUDA SINTEPS/SP, OPOSIÇÃO COMPERJ, OPOSIÇÃO SINDIPETRO UNIFICADO/SP, OPOSIÇÃO RODOVIÁRIA/RS, OPOSIÇÃO CPERS, OPOSIÇÃO SINTE/RN, OPOSIÇÃO BANCÁRIA/RS, OPOSIÇÃO SINDICAQTO DOS METALÚRGICOS DE CANOAS/RS, MNOB – MOVIMENTO NACIONAL DE OPOSIÇÃO BANCÁRIA, OPOSIÇÃO ASSIBGE, OPOSIÇÃO CORREIOS/DF, FEDERAÇÃO SINDICAL DEMOCRATICA DOS METALÚRGICOS DE MG, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE ITAJUBÁ/MG, SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE ITAÚNA/MG, ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA, MINORIA DO SEPE/RJ, OPOSIÇÃO SINDPETRO NORTE FLUMINENSE E OPOSIÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS DE SBC, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO DE SJC, OPOSIÇÃO CORREIOS DO DF, OPOSIÇÃO SISMMAR, OPOSIÇÃO RODOVIÁRIOS/RJ, OPOSIÇÃO METALÚRGICOS GRAVATAÍ/RS, OPOSIÇÃO SERVIDORES MUNICIPAIS SBC/SP, MINORIA SINSPREV/SP, MINORIA SINDPETRO/RJ, MOV. ALICERCE NEGRO E POPULAR, MRT, LABOR FEST.

Homenagem

Essa reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas é dedicada às vítimas da tragédia de Bento Rodrigues, distrito de Mariana/MG, onde ocorreu no dia 05/11 o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, matando trabalhadores da mineradora e da população próxima. Aos trabalhadores, familiares e a toda a população a nossa solidariedade. Nossa Central se empenhará para que os responsáveis sejam penalizados por essa tragédia, uma catástrofe humana e ambiental sem precedentes.

RESOLUÇÕES APROVADAS:

1. Terceirizações no Serviço Público:

Como primeiro ponto de pauta ocorreu o debate sobre as terceirizações no serviço público. Foi composta uma mesa de debates pelas (os) companheiras (os) Silvia Ferraro (MML), Clovis Oliveira (Oposição Cepers), Antonio Radical (Sindicato dos Servidores Municipais de Bayeux/PB) e Diana Assumpção e Magno de Carvalho (Sintusp) representando os quatro textos apresentados para o debate (anexo).

Foi feito um rico debate sobre o tema, que ajudou na reflexão de todas as posições apresentadas, mas que se mostrou ainda insuficiente para adoção de uma posição, nesse momento, pela maioria dos participantes.

Ao final, foram adotados os seguintes encaminhamentos:

1. Seguir o debater na base da Central e nas entidades filiadas
2. A Central realizará um seminário nacional para discutir o tema das terceirizações, tanto no serviço público quanto no setor privado
3. Onde for possível, poderão ser realizados seminários ou debates regionais e estaduais
4. O tema será levado então à decisão na Coordenação Nacional
5. Esse conjunto de tarefas deve ser garantido até o mês de abril de 2016

Foi apresentado durante a reunião denúncia de que dirigentes de um sindicato filiado à Central tem feito campanha contra os terceirizados em sua base. A denúncia será averiguada pela SEN, que tomará os encaminhamentos necessários junto à entidade.

2. Conjuntura Nacional e Atividades

A reunião iniciou-se com a exibição de três vídeos sobre os temas “Guaranis Kaiowás”, “Luta contra o PL 5069” e “As fraudes da CUT nas eleições sindicais”. Após a exibição dos vídeos, a abertura dos debates foi feita com uma mesa composta por companheiros que representam posições políticas diferenciadas que se expressaram nos debates da Secretaria Executiva Nacional (SEN). Fizeram uso da palavra a companheira Joaquina (Oposição Sinte/SC) e o companheiro Amauri (ANDES-SN) representando uma posição e o companheiro Mauricio (Oposição Apeoesp) representando outra posição. Foram ainda dados informes especiais sobre a greve dos petroleiros, sobre o mês da Consciência Negra, a luta contra o PL 5069, a jornada de lutas do movimento popular e a caravana ao Mato Grosso do Sul, em solidariedade aos Guaranis Kaiowás. No domingo (08 de novembro), foi votada a resolução que segue abaixo:

Resolução Política de Conjuntura e atividades

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas reúne-se pela última vez nesse ano de 2015, em meio a uma situação política e econômica de crise em nosso país, bastante distinta da estabilidade que vigorou até meados de 2013.

Acompanhando a crise econômica internacional, o Brasil mergulhou em recessão. Não há um prognóstico otimista de retomada do crescimento, pelo governo e agentes econômicos. Os reflexos da crise internacional devem se fazer sentir no nosso país pelo menos pelos próximos dois anos.

O Brasil deixou de ser, por ora, uma das rotas preferenciais de investimento dos capitalistas. A desaceleração chinesa impacta fortemente a nossa economia, com a queda vertiginosa das transações comerciais entre os dois países. A União Europeia tampouco se recuperou da crise econômica anterior. Há desigualdade entre os países. Mas o continente está, de conjunto, mergulhado na crise que envolve a fuga em massa de imigrantes da Síria e outras regiões em conflito, que adentram as fronteiras europeia, gerando reação dos governos e manifestações contra e pró o recebimento dos refugiados.

Os EUA seguem lutando para manter um patamar de crescimento que compense a queda da economia nos primeiros anos do mandato de Obama. Apesar de estar conseguindo impor mais hegemonia, como no caso do acordo "Atlântico-Pacífico", e uma frágil recuperação de sua economia, em nada se demonstra o almejado estágio de segurança e avanço de sua política, que segue afetada pelos elementos estruturais da crise mundial.

Em nosso país os impactos da crise econômica são visíveis e sentidos pela população pobre e trabalhadora, em particular o crescimento do desemprego. Mas a crise econômica também se expressa, em algumas regiões, no fechamento de empresas, além da alta da inflação, subida dos preços das tarifas públicas, no endividamento das famílias, no aumento da inadimplência e nos elementos de polarização social que se intensificam, como nos casos de opressão e preconceito ao povo pobre da periferia, e nos temas relacionados ao avanço do machismo, preconceito com a população LGBT, racismo e xenofobia.

A resposta patronal e dos governos, a começar pelo governo federal, é a imposição dos custos dessa crise à classe trabalhadora. Os planos de ajuste fiscal, a continuidade do pagamento da dívida pública em detrimento dos direitos sociais, os ataques aos direitos trabalhistas, o arrocho salarial, os cortes nos orçamentos públicos, as MPs e projetos de lei em tramitação no Legislativo são parte dessa ofensiva contra a nossa classe. Essa é a receita comum de todas as principais variantes políticas, do PT, PSDB, PMDB e demais partidos da ordem.

Apesar desse cenário, os trabalhadores não estão derrotados e, ao contrário, seguem protagonizando importantes lutas de resistência, inclusive em defesa do emprego, como a luta dos trabalhadores da GM e outras montadoras contra as demissões. No momento em que se realiza a nossa Coordenação, os petroleiros estão protagonizando a maior greve da categoria desde 1995. Uma das tarefas centrais desta Coordenação é cercar de solidariedade a greve dos petroleiros, realizar as ações e ter as iniciativas necessárias pela vitória dos trabalhadores neste conflito, que tem, além das reivindicações econômicas, um importante mote político, pois se enfrenta com os planos de entrega e privatização da empresa pelo governo Dilma e pela diretoria da empresa. Sobre esse tema teremos uma resolução específica.

Além dos petroleiros, estão em mobilização nesse momento diversas categorias do serviço público, além de estarem ocorrendo greves operárias como as dos metalúrgicos da Helibras, de Itajubá/MG, dos mineiros de Ouro Preto/MG (Cia. Vale do Rio Doce) e de diversas fábricas metalúrgicas em São José dos Campos. Todas essas lutas se combinam com um momento de maior ruptura de massas de nossa classe com o governo e o PT.

O papel das direções governistas e da burocracia sindical tem sido nefasto. Quando não conseguem impedir a eclosão das lutas, trabalham conscientemente pela sua divisão. Foi o que ocorreu ao longo desse último período, com as greves heroicas, mas isoladas, dos servidores públicos federais e das demais esferas, dos bancários e trabalhadores dos correios. Além disso, a burocracia vem fechando acordos rebaixados e usando o PPE em larga escala, principalmente na indústria automobilística, ao invés de lutar contra as demissões.

Como coroamento desse giro à direita, que tem dificultado a unidade de ação com esses setores, diferentemente do que ocorreu no primeiro semestre, quando conseguimos realizar algumas ações pontuais unitárias, como a luta contra a terceirização, por exemplo, a burocracia tem investido contra a democracia nas eleições sindicais e fraudado eleições em que foi ou pode ser derrotada.

A burocracia sindical, da CUT em particular, tem implementado um giro burocrático nas eleições e fraudou processos importantes, recentemente, buscando impedir a vitória de chapas de oposição. Em três processos tínhamos chapas organizadas pela CSP-Conlutas (Sismmar/PR, Sindserv/SBC e Sinteps).

Esse acirramento é a expressão, no terreno da organização sindical, do giro à direita e da sustentação aberta que as centrais, a CUT em particular, tem dado ao governo Dilma, buscando blindá-lo, e exige maior organização nossa e envolvimento das direções, se queremos fazer a disputa da direção do movimento nesse terreno.

Também estão ocorrendo mobilizações populares, na cidade e no campo, dentre elas a luta dos companheiros do Movimento Resistência Popular – MRP (dissidência do MTST em Brasília) e ocupações no campo em São Paulo (Barretos, Bauru, São Carlos). Nossa Central é parte ativa dessas greves e mobilizações.

Em meio a uma ofensiva brutal do latifúndio, do governo e Congresso contra o povo indígena, segue muito forte a resistência dos Guaranis kaiowás no Mato Grosso do Sul.

Em São Paulo está ocorrendo uma forte luta contra o fechamento das escolas estaduais pelo governador Alckmin (PSDB), com uma grande participação dos estudantes.

Destacamos ainda que, nos últimos dias, tivemos grandes manifestações das mulheres no Rio e em São Paulo, além de outras capitais, com forte composição popular, estudantil e de trabalhadoras, contra o PL 5069, do famigerado Eduardo Cunha, que limita o acesso das mulheres ao direito legal de abortar, em casos de estupro, dificultando o acesso à pílula do dia seguinte e criminalizando profissionais da saúde. Destacamos com muita importância o protagonismo de vanguarda das mulheres, muitas jovens, pobres e negras, verificado nesses atos. Há, portanto, um quadro de mobilizações, bastante diversificadas, contra os patrões e todas as variantes burguesas e o governo e um grau de politização importante dessas ações, quadro que não pode ser desprezado em nossas análises e debates.

Também seguem as investidas conservadoras e reacionárias do Congresso Nacional, a reforma política que restringe o espaço dos partidos de esquerda está avançando na sua tramitação, o tema da lei antiterror que busca criminalizar ainda mais os movimentos sociais, a repressão e criminalização dos ativistas e da população pobre, os ataques patronais e do governo à greve dos petroleiros, que está sofrendo uma dura repressão. Tudo isso é parte da realidade.

Mas, por ora, nessa queda de braço, nem governo, nem patronal, nem Congresso, conseguiram impor uma derrota à classe que mude o signo geral da situação aberta em meados de 2013 em nosso país, quando uma irrupção de massas levou milhões às ruas “contra tudo que está aí”.

Esse quadro se confirma, inclusive, em pesquisas de opinião, que atestam o repúdio da grande maioria dos brasileiros às principais lideranças petistas e da oposição burguesa de direita, o que, nos parece, atesta o acerto da definição tomada em nosso Congresso e ratificada por nossa Coordenação Nacional de lutar contra o governo e todas as alternativas burguesas e de direita, buscando construir um campo de classe, alternativo, dos trabalhadores. Essa política se sintetizou na fórmula votada no Congresso “**Nem o PT representa mais os trabalhadores, nem a oposição de direita é alternativa! Basta de Dilma, desse Congresso, do PMDB, PSDB e demais alternativas de direita!**” É do conteúdo dessa formulação que partimos para orientar a nossa intervenção no movimento de massas.

Fruto da crise política e das divisões inter-burguesas, tanto segue em pauta o tema da derrubada do governo Dilma, como agora, com mais força, a cassação do corrupto Eduardo Cunha. Nossa Central, que se opõe as saídas institucionais levantadas, é parte ativa dessa realidade e seguirá nas ruas na luta para dar um basta no governo Dilma e pelo “Fora Cunha”!

O isolamento do governo Dilma é quase absoluto e existe a possibilidade real de sua queda. Mas essa não é a política preferencial da maioria da burguesia e do imperialismo. Já a saída de Eduardo Cunha, que começa a ser um elemento irritativo para setores da oposição burguesa (como o PSDB) pode ocorrer a qualquer momento. Nesse momento, numa linha orquestrada pelo ex-presidente Lula, o PT sustenta Cunha, a quem cabe dar andamento aos pedidos dos processos de impeachment contra DILMA.

Portanto, o grande desafio que está posto para as organizações de esquerda, movimentos sociais e sindicais de luta, em nosso país, é a construção de uma alternativa de direção que se credencie a disputar os rumos do país na atual crise política, fortalecer a hipótese de darmos um basta no governo Dilma, pela ação do movimento de massas, e fortalecermos a construção de uma alternativa classista dos trabalhadores e do povo pobre, afinal, nem PT, nem PSDB, nem PMDB são alternativas para a nossa classe.

A necessidade da construção de um campo classista, dos trabalhadores e do povo pobre

Essa situação reforça a importância do papel da CSP-Conlutas. A principal resolução da nossa Coordenação Nacional de agosto foi a realização de uma marcha nacional e de um encontro de lutadores, como expressão de um campo alternativo dos trabalhadores.

A marcha e o encontro foram iniciativas muito importantes e colocaram em debate, na vanguarda, a possibilidade desse campo alternativo dos trabalhadores às duas frentes burguesas principais que disputam os rumos do país (a frente governista encabeçada pelo PT e a frente de oposição capitaneada pelo PSDB), que têm ainda o PMDB

participando de ambas as frentes e o Deputado Eduardo Cunha cumprindo um papel nefasto na presidência da Câmara.

A CSP-Conlutas cumpriu um papel de relevo na organização das duas atividades, junto com nossos parceiros do Espaço de Unidade de Ação e diversas outras organizações que se somaram e fortaleceram essas iniciativas. O processo de organização da Marcha e do Encontro incluíram a realização de plenárias e reuniões em diversos estados, uma ampla agitação política, com boletins, jornais e carros de som, um amplo diálogo com a base das categorias de trabalhadores e outros setores sociais, que permitiu testar a audiência de uma política de classe, alternativa aos dois blocos burgueses.

A principal resolução do Encontro foi a realização de uma jornada de lutas em outubro, que teve um dia de mobilização, principalmente da juventude, em defesa da educação, no dia 15, e manifestações em oito capitais e em São José dos Campos/SP, que foram muito importantes, alcançaram repercussão na imprensa, embora tenham sido, na maioria dos locais, essencialmente mobilizações da vanguarda lutadora e ativistas dos movimentos. Em Fortaleza e em Natal as manifestações atraíram setores de trabalhadores em greve.

Também em outubro fomos parte da jornada chamada pela Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, realizando inúmeras atividades em torno aos eixos propostos pela Rede: a luta contra os planos de austeridade, no Brasil e no mundo, a luta em defesa dos imigrantes, a solidariedade com o povo haitiano, a defesa do povo palestino, dentre outras.

A unidade de ação alcançada na marcha e no encontro, envolvendo mais de quarenta organizações, movimentos e entidades, foi outra vitória importante. Avançamos na unidade dos setores combativos, mas temos que registrar as ausências da direção majoritária do PSOL, da Intersindical/Central e do MTST. A Intersindical se manifestou publicamente contra a marcha, o que gerou o protesto de diversas correntes. O MTST manteve silêncio sobre a marcha, convocando, na véspera, outra manifestação contra o ajuste fiscal para logo depois (dia 23), mas essa manifestação não teve o mesmo peso das anteriores e se concentrou na denúncia dos cortes do Programa MCMV Minha Casa Minha Vida).

Logo após o Encontro de Lutadores, assistimos ao lançamento de uma frente denominada "Frente do povo sem medo" que, em nossa opinião, é a reedição da frente pelas reformas populares, cujo centro é lutar contra a direita, o que acaba por blindar o governo Dilma, ao se colocar apenas contra a política econômica, que supostamente seria somente do Ministro Levy e não do governo. Essa frente, inclusive, realizará manifestações no dia 8, em algumas capitais contra o ajuste e pelo Fora Cunha, porém incluindo nelas a defesa do governo e da "democracia", contra o golpismo. Dessas manifestações também não participaremos.

Já os petistas e demais setores governistas já haviam reeditado a Frente Brasil Popular, com programa idêntico, mas com a particularidade da participação dos partidos que estão no governo, como o PT, PCdoB e PDT.

Devemos seguir fazendo todo o esforço de unidade da esquerda, pois estamos ainda muito longe da construção de um campo alternativo de lutas, ao governo e à oposição de direita, mas essa unidade não é possível de se dar em frentes como essas, com o programa limitado que apresentam e a presença de setores governistas. A direção da CUT, por exemplo, está cumprindo um papel nefasto, fechando inúmeros acordos de implementação do PPE, colaborando efetivamente com os planos de ajuste do governo, ao invés de usar o seu peso social para lutar contra as demissões e o ajuste fiscal, enquanto a UNE, por exemplo, votou em sua executiva nacional um posicionamento contrário a campanha pelo "Fora Cunha".

Consideramos um erro da direção do MTST fomentar frentes permanentes com esses setores governistas e queremos dialogar de maneira franca e respeitosa com esses companheiros, que consideramos parte de um campo de luta. Temos buscado construir as condições para uma atuação mais permanente com esses companheiros, mas por ora, a definição de sua direção aponta, na prática, para uma ação preferencial com setores governistas.

Esses gestos acabam tendo o simbolismo de alimentar ilusões entre os trabalhadores de que o PT pode ainda se credenciar, ou se regenerar e ser alternativa, depois de três mandatos e mais um ano à frente do governo, sem que tenham produzido qualquer mudança significativa em nosso país, do ponto de vista dos trabalhadores.

Não podemos descartar que a magnitude dos ataques atuais e os que estão por vir produzam novamente deslocamentos em setores governistas, como ocorreu com o PL das terceirizações, e reabram possibilidades de unidade de ação. Mas fazer uma frente de caráter permanente e programática com setores do governo da frente popular é um grave erro, por parte dos companheiros da Intersindical/Central, da maioria da direção do PSOL e do MTST. Isso só é possível se escondermos o governo Dilma, o que está errado nesse momento de disputa política dos rumos do país.

Seguiremos fazendo o chamado à unidade para lutar, à CUT e às demais direções sindicais, bem como a toda e qualquer frente ou organização do movimento de massas, incluindo as duas citadas nessa resolução. Não faremos nenhum condicionamento a essa unidade de ação, se ela se der em torno de algum ponto concreto de defesa dos interesses da classe. Mas vamos nos dedicar, com prioridade, ao fortalecimento e continuidade de um polo classista de mobilização contra o governo e a oposição burguesa de direita, em defesa dos trabalhadores contra as medidas do ajuste, a partir da CSP-Conlutas e do Espaço de Unidade de Ação. Nesse sentido, vamos fortalecer o Espaço de Unidade de Ação para que atue como uma frente de organizações e movimentos em torno ao programa votado no Encontro de Lutadores.

A agitação da greve geral e a discussão com os trabalhadores dessa necessidade são parte importante da nossa política. A conjuntura atual, para barrar os ataques, exige a construção da greve geral. Seguiremos exigindo da CUT que rompa com o governo Dilma e da Força sindical que rompa o apoio que dá à oposição de direita. Chamaremos ainda as bases dessas organizações a se rebelarem contra suas direções. Como já dissemos, o chamado a romper com o governo e a oposição burguesa de direita não são condicionamentos para a unidade de ação, mesmo que pontual, em defesa dos direitos.

Sem abrir mão de nossa autonomia e, conseqüentemente, nossas resoluções políticas, reafirmamos a atualidade da plataforma unitária do Encontro de Lutadores, como balizadora para a continuidade das nossas mobilizações unitárias.

- 1) Contra Dilma-PT, Temer e Renan-PMDB, Aécio-PSDB e pelo “Fora Cunha!”**
- 2) Abaixo o ajuste fiscal e a Agenda (anti) Brasil! Que os ricos que paguem pela crise!**
- 3) Por uma alternativa classista, dos Trabalhadores e do povo Pobre!**
- 4) Chega de demissões! Queremos estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução salarial!**
- 5) Não às reformas da Previdência! Em defesa da previdência pública!**
- 6) Fim das privatizações e reestatização das empresas privatizadas!**
- 7) Exigimos o fim da corrupção, prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores!**
- 8) Abaixo essa reforma política que restringe os direitos democráticos da esquerda!**
- 9) Contra a redução da maioria penal!**
- 10) Não ao PL 5069! Pela descriminalização e legalização do aborto!**
- 11) Não à PEC 215 que ataca o povo indígena! Pela demarcação das terras indígenas e em defesa da causa dos quilombolas!**
- 12) Contra a lei anti-terrorismo! Desenvolver uma campanha contra essa ofensiva e pelo fim da violência e da criminalização dos ativistas e do povo pobre.**
- 13) Contra a PEC 395 que propõem a taxaço em instituições públicas de ensino.**

Essa plataforma pode e deve ser atualizada, tendo em vista as lutas em curso, bem como ter sua hierarquia modificada conforme as mobilizações, partindo da luta concreta em curso (como as mobilizações contra o fechamento das escolas pelo governo Alckmin ou contra o PL 5069 do Cunha) e relacionando-a à resposta política global.

Novembro também será um mês de lutas

Devemos seguir impulsionando o nosso plano de ação, participando das lutas e mobilizações em curso e fazendo uma grande campanha nacional de apoio aos petroleiros.

Na luta contra as demissões nas empresas e, em particular, frente ao “lay off” e a ameaça de demissões na GM de São José dos Campos, seguiremos resistindo junto com os trabalhadores e impulsionando uma campanha nacional em solidariedade aos operários e contra as demissões, buscando unificar com outras empresas que estão demitindo. Faremos um chamado à esquerda e setores que compõem o Espaço de Unidade de Ação para a preparação de um plano de lutas com medidas concretas de mobilização para barrar as demissões, dando assim um exemplo de como lutar contra o ajuste em alternativa ao PPE.

Para o mês de novembro e início de dezembro, teremos pelo menos três iniciativas importantes: as atividades do mês da Consciência Negra, que são parte do plano de lutas votado no encontro de lutadores, com destaque para o dia 20/11 e as Marchas da Periferia; uma jornada do movimento popular, com manifestações no dia 18 de novembro e a caravana ao Mato Grosso do Sul, em apoio e solidariedade a luta dos povos indígenas Guarani Kaiowás.

Em todas elas devemos intervir buscando dar um sentido político comum de luta contra todas as alternativas burguesas colocadas (o governo Dilma/PT a oposição de direita capitaneada pelo PSDB, os setores reacionários como Eduardo Cunha/PMDB etc.) e afirmando a necessidade de construção de uma alternativa da classe trabalhadora, como buscamos fazer na marcha do dia 18 de setembro e no Encontro Nacional de Lutadores e Lutadoras.

Resolução sobre a greve dos petroleiros

Considerando que:

1. A atual greve dos petroleiros é a maior em décadas;
2. É uma greve radicalizada, que vem gerando uma imensa vanguarda com muita disposição. Várias bases operacionais já chegaram a parar suas atividades ou reduzi-las bruscamente;
3. Essa luta se dá contra a direção da Petrobrás e seu presidente, Ademir Bendine, mas principalmente com aqueles que o colocaram lá: o governo Dilma. O Governo Dilma aplica hoje a continuidade do projeto de privatização iniciado pelo PSDB e enfrentado na greve de 1995. O PT hoje, leva adiante aquilo que FHC não conseguiu concluir em 1995, graças à resistência dos trabalhadores;
4. Essa greve está ligada diretamente à soberania nacional, à defesa do emprego e das condições de trabalho e remuneração, desenvolvimento nacional, retomada do monopólio do petróleo, incorporação das subsidiárias e à Petrobrás 100% estatal;
5. A força e politização da greve comprova o espaço que hoje se revela na categoria petroleira para a nossa política de um chamado a dar um basta no governo Dilma;
6. A FUP, filiada à CUT, vem tendo uma política de blindar o governo Dilma, e tenta apresentar que o problema do desmonte é exclusivo da direção da empresa, esquecendo do papel do governo na privatização da Petrobrás;
7. É necessário cercar de solidariedade a greve petroleira;
8. Essa greve é a luta contra a privatização - a luta pela manutenção dos direitos e de sua pauta não é algo em separado da luta contra a privatização. Pelo contrário, a luta pelo ACT é subordinada à luta contra a privatização. A proposta de ACT da empresa é o "Plano de Negócios e Gestão" sobre os nossos direitos. Querem retirar direitos para ajudar a desmontar a empresa.

A CSP-CONLUTAS resolve:

1. A luta contra Dilma está diretamente combinada com a luta contra o desinvestimento. E, portanto, nos colocamos contra os ataques aos direitos e salários que fazem parte da política de desinvestimento de Dilma e Bendine;
2. Incorporar-se a ida a Brasília proposta pelos petroleiros para discutir com quem de fato define os rumos da Petrobrás: Dilma Rousseff. Devemos exigir que Dilma discuta a pauta contra o desmonte da empresa e de avanço na estatização do setor petróleo: Negocia, Dilma!
3. Orientar os sindicatos filiados à Central que realizem atos, atrasos ou paralisações (o que for viável) em solidariedade à greve petroleira e contra o avanço da privatização da empresa.
4. Chamar aos sindicatos que representam os trabalhadores terceirizados a entrarem nessa greve. A pauta dessa greve diz respeito diretamente aos trabalhadores terceirizados, que são quem mais vem sofrendo atualmente com o desmonte da empresa. Já são centenas de milhares de demissões.

Resolução sobre a Luta contra o PL 5069

1. Participar dos atos contra o PL 5069, que é um dos maiores ataques aos direitos reprodutivos das mulheres.
2. Denunciar que este PL 5069, além de ser de autoria de Eduardo Cunha (PMDB), tem como coautores deputados de vários partidos, desde o PT, até o PSDB.

3. Aproveitar este momento de efervescência da luta das mulheres contra o PL 5069 para levantar a pauta pela legalização do aborto com as seguintes consignas: EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ESCOLHER – ANTICONCEPCIONAIS PARA PREVENIR – ABORTO LEGAL E SEGURO PARA NÃO MORRER
4. Na campanha pela legalização, focar na denúncia de que as mulheres que estão morrendo ou ficando com sequelas, são as mulheres da classe trabalhadora, na sua maioria, negras, pobres e moradoras das periferias. Neste sentido, atuar no NOVEMBRO NEGRO e na Marcha da Periferia, fazendo a relação entre a proibição do aborto legal com o racismo e o machismo.
5. Denunciar que durante o governo do PT, tanto de Lula, quanto de Dilma, a legalização do aborto não foi colocada em pauta, devido aos acordos do PT com a bancada fundamentalista do Congresso Nacional. Este acordo agora se repete de forma mais escancarada, com a decisão do PT de não encaminhar a denúncia de Cunha no Conselho de Ética, mostrando que existe um acordo entre Dilma/PT/Cunha.
6. Levantar a bandeira do FORA CUNHA combinada com a bandeira Contra Dilma, Temer e Aécio e contra todos os governos que atacam os direitos das mulheres, tanto os direitos reprodutivos, quanto os direitos básicos como educação, saúde, creche, combate à violência, previdência social e moradia.
7. A participação nos atos contra o PL 5069 não se confunde com a participação nos atos da Frente do Povo sem Medo e da Frente Brasil Popular, pelo Fora Cunha, pois estas duas frentes não estão sendo construídas pela CSP-Conlutas.

Resolução sobre a educação

Considerando que:

1. O governo federal, em que pese colocar como tema “Pátria Educadora”, na prática tem implementado profundos cortes na educação pública – R\$ 11 bilhões só em 2015;
2. Com o agravamento da crise econômica e política do governo Dilma e as constantes medidas do ajuste fiscal, que tem refletido no desmonte dos serviços públicos, em especial da educação;
3. Diante deste quadro, os governos estaduais e municipais aprofundam de forma dramática o desmantelamento das redes de ensino público com projetos denominados de reorganização e reestruturação do ensino, que na verdade representa o fechamento de escolas, de turmas, turnos e a demissão de trabalhadores/as (só em MG serão cerca de 58 mil demissões até o final de 2015 e em SP, estima-se, cerca de 80 mil até o final do ano);
4. Esse desmonte estende-se a vários pontos do país, como o caso de GO, em que o governador Marconi Pirillo (PSDB) anunciou recentemente o fim dos concursos públicos, substituindo por contratação via Organizações Sociais (OS), aumentando a precarização no serviço público; e Teresina (PI), em que o prefeito Firmino Filho (PSDB) cancelou a oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos, gerando um déficit superior a 5 mil matrículas, negando o direito ao acesso à educação infantil (primeira infância) para promover a aplicação do Programa “Amor de Tia/Mãe Crecheira”;

A CSP-Conlutas resolve:

1. Fazer ampla campanha nacional de denúncias a esses processos de ataques à educação pública e aos/às trabalhadores/as;
2. Impulsionar uma rede de solidariedade, moções, abaixo-assinados e outras formas de denúncia e mobilização, respeitando as regionalidades e localidades;
3. Fortalecer a construção do ENE (Encontro Nacional de Educação) na elaboração de um Plano Classista de Educação Pública alternativo ao PNE e que o ENE também atue na organização da luta e na denúncia desses ataques.

Resolução sobre eleições sindicais

O processo político porque passa nosso país tem uma grande importância na reorganização da classe trabalhadora e reflexos nas organizações sindicais. A ruptura de importantes segmentos da classe trabalhadora com o governo Dilma-PT, produz contradições e descolamentos em setores da burocracia. Esses, ainda que limitados, devem ser muito bem aproveitados pela CSP-CONLUTAS, que hoje se transforma em polo de atração para aqueles que rompem com as ilusões com a CUT, CTB e outras centrais sindicais alinhadas com o governo e/ou setores da burguesia.

As eleições sindicais são elemento de materialização desse processo, ou seja, nelas se expressam todas as desilusões com o governo Dilma-PT, mas também com os governos burgueses do PMDB, PSDB e outros nos estados e municípios. Por isso, surgem movimentos, que ao se enfrentar com essa burocracia, se colocam como

alternativa de direção para os trabalhadores nas mais diversas categorias de nossa classe. Nesse sentido, se reproduzem nos sindicatos, por todo país, chapas de oposição à burocracia; boa parte dessas se propondo como direções construtoras de nossa Central ou, pelo menos, de estreitar relações com nossa estratégia política. Todavia, se por um lado, se manifesta um amplo descontentamento com a burocracia sindical, por outro, se agudizam ainda mais os métodos fraudulentos dessa mesma burocracia. Assim, já não basta mais a fraude tradicional (extravio de urnas, maquiagem de listas, manipulação de votos, alteração de roteiros e criação de urnas de última hora, e por aí vai), agora anulam, impugnam eleições nas quais têm amplo controle de suas Comissões Eleitorais, uma vez que a fraude comum já não lhes basta para garantir o controle dos sindicatos. Obviamente, contam com amplo apoio financeiro, muitas vezes dos próprios patrões e instituições do estado – governos e parlamento – pela intimidação, pela contratação de bate-paus de academia e, não raro, pela própria justiça burguesa que lhes dá guarida.

No mesmo sentido, se há uma preocupação por parte da burocracia em manter o controle sobre a maioria das organizações sindicais do país, também há preocupação maior em deter o avanço das direções independentes e classistas, sobretudo em relação às frentes sindicais identificadas com a CSP-CONLUTAS. Assim, construir oposições que se concretizam em chapas governistas (não com essa cara explícita, evidentemente), para disputar sindicatos e organizações que dirigimos, é uma ação cada vez mais comum. Claro, na maioria das vezes, com muito mais recursos financeiros e materiais do que nossas frentes.

No entanto, o signo que se apresenta em um cenário de crise econômica e política, é de mais oportunidades para a nossa Central e, portanto, maiores oportunidades para avançarmos na conquista da direção de mais e mais organizações da classe trabalhadora. Isso exige um comportamento diferente por parte das entidades que compõem a CSP-CONLUTAS no tratamento com as disputas eleitorais, sobretudo, no âmbito sindical.

Frente a essa realidade, elencamos abaixo uma relação das disputas eleitorais com as quais estamos envolvidos neste período (até dezembro-2015) e as medidas emergenciais para responder a essa importante demanda, de acordo com nossas prioridades discutidas no Congresso, como as eleições de setores operários, a importância do sindicato na região para a construção da CSP-CONLUTAS, dentre outras:

Metalúrgicos de Criciúma-PR, SINDITEST-PR, SINDISAÚDE-RN, SINDIREDE-BH, SINTEST-RN, SINDITIFES-PR, SIND-UTE/MG, Municipais de Maringá-PR e Araraquara-SP, SINDSERV-SBC-SP, SINDISCOPE-RJ, SINTEF-PB, SINDE-CE, SINTRAJUFE-PE, ADUFCG.

Considerando os orçamentos apresentados pelas coordenações dessas campanhas, precisaríamos arrecadar algo em torno de R\$ 100 mil reais para apoiar parte importante das despesas eleitorais. Além disso, necessário se faz o deslocamento de militantes para assumir tarefas de mesários, escrutinadores e fiscais nas eleições. Em alguns casos, dado a importância do processo, exige-se a presença de quadros dirigentes da Central para assumir a tarefa de Coordenação da Campanha.

Nesse sentido a Coordenação Nacional da CSP Conlutas aprova as seguintes medidas emergenciais:

1. Constituir um fundo financeiro emergencial centralizado, para atender essa demanda, de acordo com as possibilidades individuais de cada entidade/movimento e sessões estaduais da CSP-CONLUTAS;
2. O controle desse fundo emergencial ficará à cargo da Comissão de Finanças, em combinação com os dirigentes de plantão na sede da CSP-Conlutas, orientados pela Secretaria Executiva Nacional-SEN;
3. Orientar às entidades filiadas e movimentos integrantes de nossa Central que discutam o giro de ativistas para garantir o apoio nas estruturas das eleições, servindo como mesários, escrutinadores e fiscais, onde for necessário.
4. Que as sessões regionais da nossa Central busquem acompanhar e ajudar na centralização desses processos de eleições sindicais.

Considerando a situação política do país e as oportunidades descritas no início dessa resolução, a Coordenação Nacional da CSP-CONLUTAS entende que é preciso retomar uma postura mais profissional em relação ao tema das eleições sindicais, uma vez que essa política foi estancada a partir da saída do profissional que cumpria com essa tarefa.

Assim considerando, essa Coordenação Nacional indica a retomada de um fundo permanente e comum para dar resposta à demanda das eleições sindicais. Devemos discutir com cada entidade/movimento como constituir esse fundo, a forma de contribuição e deliberar em uma próxima reunião dessa Coordenação Nacional.

Resolução sobre anistia

Fortalecer as investigações por reparação aos trabalhadores perseguidos na ditadura civil-militar e os processos de anistia

Considerando que,

1. As investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foram fundamentais para compreender como se deu a repressão na ditadura civil-militar brasileira;
2. O grupo de trabalho 'Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical', composto pelas centrais sindicais, conseguiu comprovar a relação de diversas empresas, nacionais e multinacionais, com os militares por meio de repressão direta e financiamento dessa repressão;
3. Em decorrência dessa comprovação, foi entregue uma representação ao Ministério Público Federal (MPF) pedindo a reparação aos trabalhadores da Volkswagen cuja pesquisa comprovou a relação da empresa com a repressão;
4. Outras pesquisas vêm sendo encaminhadas como a da Embraer e da Petrobras;
5. A CSP-Conlutas é parte fundamental para a continuidade desse projeto, uma vez que a CNV encerrou seus trabalhos com a entrega do relatório à presidente Dilma em dezembro de 2014.

A CSP-Conlutas resolve:

1. É necessário que a Central continue participando ativamente dessa iniciativa, em especial nas investigações do envolvimento da Petrobras e da Embraer, discutindo nas bases dos trabalhadores dessas empresas o apoio à pesquisa e à investigação, e incentivando que os trabalhadores perseguidos encaminhem seus processos de anistia;
2. Esses trabalhos de investigação da relação das empresas com a ditadura devem provocar a reparação pelas empresas aos trabalhadores que foram perseguidos, assim como devem fortalecer o encaminhamento de processos de anistia desses companheiros perante a Comissão Nacional de Anistia por Memória, Reparação e Justiça;
3. As entidades ligadas à CSP-Conlutas devem divulgar essas iniciativas e realizar pesquisas nas bases de categorias que sofreram repressão durante a ditadura;
4. E, para que a ditadura nunca mais aconteça, as entidades ligadas à CSP-Conlutas devem denunciar mais amplamente as implicações à luta e organização dos trabalhadores com a aprovação da lei antiterror.

Atividades importantes:

13/11 - Debate promovido pelo Fórum de Trabalhadores (as) por Verdade, Justiça e Reparação em São Paulo. O painel, composto por sindicalistas, juristas e historiadores, tratará das diferentes dimensões da violência contra trabalhadores na ditadura e a possível responsabilização dos criminosos civis e militares.

9 e 10/12 – Ato e Audiência com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e/ou Jaques Wagner para discutir a continuidade dos trabalhos da CNV. Audiência com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux, para exigir o julgamento da ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) 320, que pede a reinterpretção da Lei da Anistia para a punição dos civis e militares responsáveis por graves violações de direitos humanos durante a ditadura.

Resolução sobre a atuação da CSP-Conlutas em sindicatos do Parlamento Brasileiro

A Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015 na cidade de São Paulo/SP aprova a seguinte resolução:

A nossa Central surge, diferente das centrais governistas, ampliando o espaço para todos os setores, organizados ou não, no sistema produtivo. Isso tem uma grande importância para a luta geral dos trabalhadores, no entanto, tem um setor importante do serviço público para o qual é preciso que a nossa Central tenha um olhar mais aprofundado, trata-se dos sindicatos dos servidores do Legislativo Brasileiro.

A recente greve, com duração de 10 dias e liderada pelo Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Maranhão – SINDSALEM, mostra a importância deste setor para a luta dos servidores públicos, na medida em que se questiona por dentro as falcatruas e desvios do dinheiro público que tramita no Poder Legislativo Brasileiro e, ao mesmo tempo, denuncia a desproporção entre a quantidade de servidores efetivos e servidores comissionados ocupantes destas casas. Na Assembleia do Maranhão, são 463 servidores estáveis, que

representam menos de 20% da folha de pagamento, e 1463 comissionados, representado mais de 80% dos gastos com a folha e isso, com certeza, se repete em diversos Paramentos Brasileiros.

O diferencial de tais denúncias está no fato de que ocorrem através dos próprios servidores e não de pessoas ou de organizações externas ao parlamento. Isso, além de fragilizar o parlamento, atrai ainda mais os olhares da sociedade como um todo.

Dito isso, propomos que a nossa Central comece a desenvolver um trabalho para, em parceria com outras organizações ou com cara própria, disputar as direções de sindicatos dos diversos setores do legislativo no país.

3. Relatórios dos setoriais

O Setorial Internacional teve um tempo especial para a apresentação do seu relatório onde foram apresentadas e aprovadas algumas campanhas internacionais com destaque para a campanha em torno ao BDS e a ruptura de relações com a Central Sindical Israelense Histadrut. Nessa apresentação com tempo especial houve uma fala da companheira Soraya Misleh da Frente Palestina e uma saudação do ativista de esquerda dos EUA, Steve Zeltzer. O relatório aprovado foi o seguinte:

Setorial Internacional

Presentes à reunião: Wilson Ribeiro - CSP-Conlutas, Magno - CSP-Conlutas/Sintusp, Guirá - CSP-Conlutas/Sindmetal SJC, Danielson - CSP-Conlutas / Sindmetal SJC, Alexandre Galvão - ANDES-SN, Fedo Bacourt – USHI, Mauro Puerro - CSP-Conlutas/Sinpro Guarulhos, Fabio Bosco – Metroviários/SP, Steve Zeltzer - Blog Internacional/EUA, Soraya Misleh - Frente Palestina

Pauta:

- Balanço Atividades Outubro de Lutas
- Proposta para apoio à USIH
- Proposta de apoio ao Movimento Palestino
- Debate sobre BDS e Histadrut
- Informe sobre Encontro na Alemanha de Trabalhadores do setor Automotivo
- Campanha Internacional com a Organização Internacional dos Estivadores
- Apoio aos trabalhadores Sul Coreanos

Balanço de Atividades

No mês de outubro houve uma série de mobilizações organizadas pela Central, cumprindo o calendário tirado no fórum Espaço Unidade de Ação, em 19/09, após a Marcha do dia 18.

Como parte dessa movimentação ocorreu atividades ligadas às questões internacionais, cumprindo também o que foi deliberado no Encontro Internacional, realizado em Campinas, em junho deste ano.

Segue um balanço das principais atividades internacionais neste mês:

1. Diversas atividades com os Haitianos contra a renovação do Acordo da ONU de intervenção militar no Haiti:
 - Audiência Pública na Alesp – promovida pelo deputado Gianazzi, PSTU, Jubileu Sul, USIH e CSP-Conlutas
 - Passeata e entrega de documento à Presidência da República, no Rio de Janeiro – Jubileu Sul, CSP-Conlutas e USIH
 - Encontro com haitianos em Sumaré – CSP-Conlutas e USIH
 - Audiência Pública no Senado, promovido pelo senador Paulo Paim
2. Atividades de apoio à Palestina e aos povos árabes
 - Passeata na Av. Paulista contra os ataques de Israel à Palestina
 - Ato no consulado da Rússia, em SP, contra os ataques da Rússia aos rebeldes na Síria em favor de Assad
 - Palestras e exposições de fotos sobre a Palestina
3. Atividades contra a Austeridade
 - Nas várias mobilizações contra o governo Dilma e o seu Ajuste Fiscal foram realizadas atividades em alusão à política de Austeridade, tal qual definido no Encontro Internacional, acompanhando a mobilização que foi realizada em vários países.
 - Confecção de cartazes sobre o tema da Austeridade que foram distribuídos em diversos movimentos ocorridos em outubro
4. Apoio aos imigrantes

- Audiência com Ministro do Trabalho sobre a questão dos haitianos
 - Debate na USP com intelectuais, estudantes e movimento sociais sobre a questão imigrante
 - Participação na Audiência Pública da Prefeitura de São Paulo sobre a questão dos Imigrantes
5. Moções
 - Foram feitas diversas moções de apoio aos movimentos sociais em vários países: Paraguai, Peru, Colômbia, México, França, Egito, Palestina, Síria, Turquia e EUA
 6. Comunicação
 - Manutenção do Site da Rede Internacional de Solidariedade
 - Contatos permanentes com diversas entidades ligadas à Rede Internacional
 - Criação de um face book em árabe
 7. Eventos Internacionais
 - Encontro de Metalúrgicos das montadoras, na Alemanha, onde foi criada uma Coordenação para acompanhar os processos de mobilização, formada por Alemanha, Espanha, Itália, Brasil e África do Sul.
 - Visita ao Paraguai para solidariedade aos trabalhadores de transporte, demitidos em uma greve, que fazem greve de fome e se crucificaram em praça pública, como forma de protesto

Proposta para apoio à USIH

A CSP-Conlutas se orgulha de estar apoiando o povo haitiano desde o início de sua construção. Como parte dessa luta, os haitianos construíram no Brasil uma Associação de Imigrantes Haitianos, a USIH – União Social dos Imigrantes Haitianos.

Essa organização está em construção, mas já tem realizado diversas atividades de apoio aos imigrantes haitianos. A divulgação em vários meios de comunicação tem dado visibilidade para a questão dos imigrantes haitianos no Brasil.

Mas, a crise econômica que afeta aos trabalhadores brasileiros, afeta mais ainda os imigrantes em geral e aos haitianos em particular. Mistura-se a xenofobia e o racismo e o preconceito se torna muito forte.

A USIH tem sido muito procurada para responder à diversos problemas dos imigrantes. Porém, a falta de recursos e uma precária estrutura dificultam muito a organização desse movimento.

O Jubileu Sul está propondo disponibilizar uma casa para a USIH fazer sua sede social, e a CSP-Conlutas SP disponibilizou uma sala para sua sede política. Está sendo organizado um site para a USIH, organizado pelo Jubileu Sul.

No entanto, ainda faltam recursos para implementação da Associação num nível superior.

Por isso, estamos propondo que a Central assuma o movimento da USIH como parte do movimento popular e faça uma doação mensal de 2.000,00 reais, do fundo de movimentos populares que a Central arrecada.

Esse recurso será para profissionalizar um dos dirigentes da USIH e ajudar na sua locomoção pela cidade, ou outras eventuais atividades fora de São Paulo.

Proposta de apoio ao Movimento Palestino

Está começando uma terceira Intifada, fruto dos terríveis ataques de Israel contra o povo palestino. A CSP-Conlutas está na primeira fileira de apoio aos palestinos.

O apoio internacional aos trabalhadores da Palestina é fundamental para derrotar Israel. As práticas sionistas, semelhantes às práticas dos nazistas, precisam ser repudiadas mundialmente.

A prisão de um Palestino-Brasileiro, Islam Ahmed, é mais um elemento para que os trabalhadores brasileiros se mobilizem. A CSP-Conlutas precisa exigir do governo brasileiro que tome uma atitude firme pela libertação de Islam e sua imediata repatriação.

Debate sobre BDS e Histadrut

O debate será realizado em plenário, mas a ideia é construir uma campanha em torno ao BDS fortalecendo a discussão de sanções ao estado sionista de Israel. Como parte desse debate, será apresentada a proposta de ruptura de relações com o Histadrut, uma central sindical israelense, que é racista e fascista.

Informe sobre Encontro na Alemanha de Trabalhadores do setor Automotivo

Uma delegação de metalúrgicos de São José dos Campos representou a CSP-Conlutas no Encontro de Trabalhadores da Indústria Automotiva, no mês de outubro, em Stutgard, Alemanha.

Nos debates foram feitos relatos sobre a situação dos trabalhadores nas montadoras do Brasil (condições de trabalho e salários), as greves, etc. Foi apresentada a denúncia sobre o envolvimento das montadoras, em particular a Volks, no patrocínio da Ditadura Militar. Esse último informe gerou uma forte reação dos Alemães,

pois eles tratam a Volks como um patrimônio público, algo realmente do povo, muito embora a empresa seja privada.

Do Encontro se formou uma Coordenação Internacional com os seguintes países: Alemanha, Espanha, Itália, Brasil e África do Sul.

Tirou-se um calendário de luta: de 28/04 a 01/05 de 2016 – Jornada Internacional de Mobilização

Campanha Internacional com a IDC - Organização Internacional dos Estivadores

A CSP-Conlutas foi procurada para construir uma Campanha Internacional com os seguintes eixos:

Contra o desemprego

Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários

Essa Organização Internacional tem sindicatos em vários países: Espanha, Holanda, Inglaterra, EUA e outros. O debate deverá ser levado para dentro da Rede Internacional de Solidariedade, para que a Campanha ganhe mais peso.

Apoio aos trabalhadores Sul Coreanos

As montadoras coreanas e o setor de ferrovias estão sendo ameaçados de privatização. Os trabalhadores iniciaram uma campanha para construir uma Greve Geral e o governo reagiu fazendo intervenção na Central Sindical.

Vamos apresentar uma Moção de Solidariedade aos Trabalhadores Sul Coreanos.

Resoluções do Setorial

1. Incorporar o calendário do Encontro Automotivo da Alemanha e realizar a Jornada Internacional de Mobilização a ser realizada entre 28/04 e 01/05;
2. Assumir a USIH como parte dos movimentos populares e realizar uma doação mensal para sua construção;
3. Promover a Campanha do BDS no Brasil
4. Orientar as entidades filiadas a não ter nenhuma relação com a central sindical sionista Histadrut
5. Construir uma Campanha Internacional junto com a IDC (Estivadores), contra o desemprego e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.
6. Participar da mobilização no dia 29/11 – Dia Internacional de Protestos em Apoio à Palestina
7. Campanha para pressionar Dilma para exigir de Israel a imediata libertação de Islam Ahmed e sua repatriação ao Brasil.
8. Moção de Apoio à Luta dos Trabalhadores da Coreia do Sul

Setorial do Campo

Entidades presentes: FEERPE, STICC Fortaleza e SEN CSP Conlutas

(Observação: tivemos uma reunião com menos representatividade do que na Coordenação anterior e, por essa razão, algumas resoluções serão encaminhadas às entidades para ratificação)

Fundação da Federação dos Empregados Assalariados Rurais de Pernambuco

Aconteceu no último dia 4 de outubro a assembleia de fundação da FEERPE, que já nasceu filiada à nossa Central.

Assembleia de reorganização do Sindicato dos Assalariados Rurais de Petrolina

Está marcada para o dia 14 de novembro. Trata-se de um dos maiores e mais importantes sindicatos de assalariados rurais do país, região de exportação do agronegócio, principalmente para os países da Europa.

Pela disputa com a patronal e com a burocracia sindical é necessário um apoio grande da Central, inclusive pelos aspectos de segurança.

Fundação da Contar

Trata-se da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais, resultado de desmembramento da Contag. Nossas entidades não participaram da fundação da Contar. A Feraesp compareceu na condição de observadora. A assembleia aconteceu no dia 31 de outubro, em Brasília.

Seminário da CSP Conlutas no campo – Nordeste

O Seminário está indicado para os dias 5 e 6 de dezembro, em Pernambuco. Tendo em vista a agenda de atividades em curso, a presença reduzida das entidades nesta Coordenação e o atraso na preparação os participantes da reunião do Setorial do Campo indicam o adiamento do seminário para a segunda quinzena de janeiro de 2016.

Sugerimos que neste final de ano sejam realizadas reuniões por estado, para avaliação das atividades e organização da participação no seminário, a exemplo do que está sendo feito pela FAFER Ceará e sindicatos filiados, que tem uma plenária no próximo dia 14 de novembro.

Setorial de Negras e Negros

Participantes: QRC: RJ / SP/ MG / RS / Simpere-Recife / Sindeess –BH / Sindsef-SP / Sindemetal- SJC /Andes-SN-ADUFS/BA / SASP / Sindicato Metabase – Incofidente / SINDPPD/RS /SEPE-RJ / Sintur-RJ/ Sindpetro – SE/AL

Cenário breve: Com recrudescimento do racismo na sociedade e nas políticas dos governos e do congresso nacional, os trabalhadores, em especial as mulheres, vem reinaugurando uma nova onda de mobilizações como o Fora Cunha que vem levando milhares às ruas expressando uma radicalidade das massas pobres e negras. Já as greves dos Correios, Bancários e Petroleiros, construídas pela base, estão realizando fissuras na burocracia da CUT/PT, que tentam a todo o momento derrotar a classe trabalhadora, ao mesmo tempo abre-se uma conjuntura de lutas neste mês de outubro-novembro.

PAUTA:

1. Resoluções do 1º Encontro de Negras e Negros e do 2º Congresso da CSP –Conlutas;
2. Marchas Mulheres Negras e Periferia;
3. Seminário Moquibom;
4. Congresso do Quilombo Raça e Classe;

RESOLUÇÕES

1. Realização de Seminário do Setorial nacional de Negras e Negros com indicativo de data para 18,19 e 20 de março de 2016 - O objetivo é aprofundar os debates para que a central e suas entidades filiadas coloquem em prática as resoluções do Encontro e do Congresso.
2. Campanha contra o racismo e a Xenofobia, com foco na Lei contra o racismo.
3. Participação no Encontro de Saúde do Trabalhador em fevereiro de 2016 visando realizar o corte racial na discussão de assédio moral.
4. Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados participem ativamente da construção, organização e realização da Marcha da Periferia nos estados. Palavra de ordem da Marcha: Dandara e Zumbi+20 - Contra o racismo e os ataques dos governos e patrões
5. Que a CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos integrantes do Setorial de negras e negros enviem representações para participarem do Seminário do Moquibom (Movimento Quilombola da Baixada Maranhense), em Mangabeira, na Baixada Maranhense, nos dias 15, 16 e 17 de janeiro de 2016. - Que as entidades possam disponibilizar uma passagem para garantir a participação de representantes do movimento Quilombo Raça e Classe.

Informe à Central: O Quilombo Raça e Classe informa que participará da Marcha Nacional da Mulheres Negras que ocorrerá em Brasília no dia 18 de novembro com delegações vindas dos estados de Sergipe e Rio de Janeiro.

Setorial de Mulheres

Foi exibido o curta-metragem “A boneca e o silêncio”, que trata do tema da proibição do aborto no Brasil, e de como essa legislação retrógrada atinge as mulheres trabalhadoras, em sua maioria as mulheres negras, pobres e da periferia, causando sequelas e a morte.

Depois abrimos o debate em torno à luta contra o PL 5069 e de como vamos encaminhar a participação da CSP-Conlutas nos atos que estão sendo convocados em várias cidades.

Depois do debate, tanto sobre o curta-metragem e a temática do aborto, quanto da luta contra o PL, decidimos encaminhar uma proposta de resolução de luta contra o PL 5069, feita pela maioria do Setorial, para que seja incorporada nas resoluções gerais de conjuntura e atividades da Central. Algumas companheiras ficaram de apresentar diferenças em resolução a parte.

Proposta aprovada

1. Participar dos atos contra o PL 5069, que é um dos maiores ataques aos direitos reprodutivos das mulheres.
2. Denunciar que este PL 5069, além de ser de autoria de Eduardo Cunha (PMDB), tem como coautores deputados de vários partidos, desde o PT, até o PSDB.

3. Aproveitar este momento de efervescência da luta das mulheres contra o PL 5069 para levantar a pauta pela legalização do aborto com as seguintes consignas: EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ESCOLHER – ANTICONCEPCIONAIS PARA PREVENIR – ABORTO LEGAL E SEGURO PARA NÃO MORRER
4. Na campanha pela legalização, focar na denúncia de que as mulheres que estão morrendo ou ficando com sequelas, são as mulheres da classe trabalhadora, na sua maioria, negras, pobres e moradoras das periferias. Neste sentido, atuar no NOVEMBRO NEGRO e na Marcha da Periferia, fazendo a relação entre a proibição do aborto legal com o racismo e o machismo.
5. Denunciar que durante o governo do PT, tanto de Lula, quanto de Dilma, a legalização do aborto não foi colocada em pauta, devido aos acordos do PT com a bancada fundamentalista do Congresso Nacional. Este acordo agora se repete de forma mais escancarada, com a decisão do PT de não encaminhar a denúncia de Cunha no Conselho de Ética, mostrando que existe um Acordão entre Dilma/PT/Cunha.
6. Levantar a bandeira do FORA CUNHA combinada com a bandeira Contra Dilma, Temer e Aécio e contra todos os governos que atacam os direitos das mulheres, tanto os direitos reprodutivos, quanto os direitos básicos como educação, saúde, creche, combate à violência, previdência social e moradia.
7. A participação nos atos contra o PL 5069 não se confunde com a participação nos atos das frentes do Povo sem Medo e da frente Brasil Popular pelo Fora Cunha, pois estas duas frentes não estão sendo construídas pela CSP-Conlutas.

Além disso, o Setorial aprovou também as seguintes resoluções:

- O Setorial apoiou a campanha pela readmissão da companheira Maura, rodoviária do RJ e umas das lideranças da greve e da categoria.
- Encaminhada a criação de um grupo de e-mails do Setorial para elaborarmos as primeiras propostas de materiais da campanha pela legalização do aborto, aprovada no congresso da Central, mais especificamente, a cartilha e o vídeo.

Setorial de Saúde do Trabalhador

O Setorial contou com a presença de 23 representantes de diversas entidades, para discutir a seguinte pauta:

- Informes das categorias
- 2º encontro Nacional da Saúde do trabalhador

Informes: Houve debate sobre a incorporação do MTE ao Ministério da Previdência social. Foram debatidos também os ataques que as empresas vêm fazendo em razão das garantias mínimas de saúde e segurança, em especial no setor metalúrgico. As montadoras vêm com ataques cada vez mais abusivos, exemplo, a Cherry em Jacareí/SP, não queria incorporar a Clausula 40, a qual garante a estabilidade de emprego aos lesionados. Mas após 30 dias de greve ela foi incorporada. Ao mesmo tempo a GM quer comprar a estabilidade do lesionado, oferecendo ao mesmo vantagens financeiras, para que o lesionado abra mão de sua estabilidade, e de forma coletiva tenta retirar a clausula 40 do acordo coletivo.

Em contrapartida, as mulheres metalúrgicas do setor eletro/eletrônico conquistaram uma importante cláusula social, de exames específicos da saúde da mulher, sem prejuízo salarial.

Com relação a Vale-Samarco/Mariana MG, o ocorrido era uma tragédia anunciada, pelo descaso da empresa com o meio ambiente, comunidade e trabalhadores, ocasionando óbitos, perdas materiais. Porém, o prefeito segue de mãos dadas com a empresa, cooperando com a facilitação da liberação do Marco regulatório do minério.

Com relação as demais categorias, os servidores públicos da saúde de combate as doenças endêmicas, em especial encontra dificuldade na realização dos exames periódicos obrigatórios.

As demais categorias, como merendeiras das escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, trabalhadores de processamento de dados, call center, do comércio, gráficos, trabalhadoras em enfermagem, rodoviários, construção civil, servidores públicos administrativos, servidores da justiça do trabalho vem sofrendo com as terceirizações, doenças mentais, precarizações do trabalho, assédio moral, metas, falta de formação política e etc. Os lesionados são obrigados a voltar ao trabalho, encontram dificuldade em abrir CAT's, concretizar seu benefício junto ao INSS e receber seus vencimentos.

O Setorial de Saúde do trabalhador resolve:

Repudiar a incorporação do Ministério da Previdência ao MTE.

Aprovar moção de denúncia e repúdio ao desastre ocorrido em Mariana/MG, responsabilizando o governo e a empresa SAMARCO.

Condenar as declarações da Ministra Katia Abreu em relação a aplicação de agrotóxicos nos alimentos dos trabalhadores.

Aprovar moção contrária a demissão por justa causa do trabalhador da Freudenberg de Jacareí.

Em relação as demandas relatadas das categorias, serão debatidas no 2º encontro de Saúde do trabalhador.

Referendar as datas e o temário do 2º Encontro, que será realizado nos dias 26, 27, 28 de fevereiro de 2016, em Divinópolis MG.

Credenciamento

Taxa de inscrição: 25,00

Prazo de inscrição: 30/01/2016

Local: Clube dos metalúrgicos de Divinópolis de MG

Número limite 300 pessoas

Temário:

Cartilha de saúde do trabalhador (aprovada no primeiro encontro)

Os ataques do governo e o impacto na saúde do trabalhador (LER/DORT)

Saúde pública

Momento cultural

Assédio Moral e sexual

Painel sobre trabalho no setor de saúde das categorias

Os limites da organização no local de trabalho/Cipa

Resoluções e encerramento.

Setorial de Educação

Entidades presentes: Sind-REDE/BH, Cores/Cipa, Oposição CPERS, Sepe/RJ, ANDES-SN, ADUFS-SN, SINTRAMB, ADUNEB, SIMPERE, ANEL-BA e outras.

Pauta:

1. Informes
2. Reestruturação e demissões na educação pública
3. Encontro Nacional de Educação

Os informes em sua maioria refletiram a situação caótica e de destruição que a conjuntura apresenta para a educação pública. Fora dados informes sobre eleições sindicais, greves que se finalizaram como a dos servidores públicos federais e da educação municipal de BH, golpes da CUT, projetos de sucateamento da educação infantil como o do “Mãe Crecheira” de Teresina e ataques a planos de carreira.

Em relação a reestruturação e demissões a situação tem se agravado bastante. O projeto de sucateamento do Geraldo Alckmim em SP (PSDB) pretendia fechar cerca de 1/3 das escolas. Mas devido a repercussão negativa na comunidade escolar (pais, professores, alunos) houve um recuo e a fala do governo agora é fechar cerca de 94 escolas neste ano. Em várias regiões foram relatados casos de fechamento do noturno nas escolas, extinção da Educação de Jovens e Adultos, enturmação e também a crescente privatização da educação pública através de convênios com empresas como Natura, Positivo, etc. Os governadores e prefeitos tem mandado para as casas legislativas projetos que extinguem direitos e congelam salários. Grande parte da categoria é terceirizada (manutenção, limpeza e alimentação) ou contratados precários (professores) e há um temor generalizado de demissões devido a esse processo de reestruturação. Em Minas repudiamos a atitude do Sindute-MG e o governo do PT que nada fez para resolver a situação dos 58 mil trabalhadores da extinta Lei 100 que serão demitidos no final do ano.

Em relação ao 2º Encontro Nacional de Educação foi constatado que a maioria das regiões e estados ainda não conseguiu realizar seus encontros regionais de educação. A Comissão do Encontro orienta que as discussões sejam realizadas na maior brevidade possível. Esta semana será batido o martelo em relação a confirmação da data e do local do Encontro Nacional, previsto para acontecer em Brasília no mês de junho. Foi reivindicado no Setorial que a discussão da Educação Básica seja tema preponderante no 2º Encontro. E que o mesmo tenha um caráter de discussão e elaboração.

Setorial de Aposentados

Nós que estamos aposentados e que somos da ADMAP e SINDSEF-SP coordenamos o encontro do Setorial de aposentados do II Congresso da CSP Conlutas, e temos em mãos os contatos de todos os participantes,

assumimos um compromisso de entrar em contato com todos para incorporar de alguma forma a mobilização dos aposentados prevista para a segunda quinzena de março de 2016.

Aos aposentados que estão presentes nesta reunião da coordenação que nos forneça seu contato (e-mail, telefone, zap), para que na próxima reunião da CSP Conlutas cada entidade faça parte (pelo menos um aposentado presente) da reunião Setorial dos aposentados.

Para que possamos trocar nossas informações e obter melhorias para os aposentados dentro da CSP Conlutas, pois hoje aqui estávamos apenas em seis pessoas, de duas entidades: ADMAP e SINDSEF-SP.

Fica estabelecido que a partir de agora as reuniões do Setorial de aposentados ocorrerão ao final dos trabalhos do primeiro das reuniões da Coordenação Nacional.

Setorial de Correios

Discussão sobre balanço da greve.

Considerando que:

1. A categoria realizou uma greve de cenário difícil do ponto de vista político e econômico, em que o Governo Dilma mais uma vez optou por jogar a conta da crise na conta dos trabalhadores para salvar os empresários;
2. Sofremos ataques como arrocho, retirada de direitos (plano de saúde) e avanço da privatização/Correios Par;
3. A interferência do TST no movimento como braço direito da empresa nos últimos 4 anos;
4. Divisão na unidade de ação entre as Federações como tentativa de dividir a categoria para blindar o governo;
5. A greve sofreu boicote dos sindicatos da Articulação/CUT que sabotaram a greve;
6. Mesmo com o boicote da Articulação/CUT, bases importantes da categoria dirigidos por eles se rebelaram e foram à greve como a base de DF, MA e PA;
7. A entrada de dos atendentes em todo o país tiveram participação ativa na greve, assim como os novatos da categoria, como um marco histórico nesta greve;
8. Leve melhoramento na proposta inicial;
9. Vitória da política da CSP-CONLUTAS de unificação do calendário da campanha salarial;
10. Vitória política da categoria, que se enfrentou contra o Governo e ECT e expressou uma ruptura dessa categoria com o Governo Dilma/PT;
11. Segue sob a ameaça nossos direitos básicos como o plano de saúde;
12. A privatização segue com força através da Reestruturação/Correios PAR;

A CSP-CONLUTAS resolve:

1. Fazer uma nota pública que expresse o balanço discutido pelo Setorial em que seu conteúdo teria a vitória política da categoria, o papel dos governistas e os demais elementos do início do texto;
2. Fazer um jornal nacional da CSP CONLUTAS com o balanço da greve, o papel da traição da CUT, os ataques da ECT;
3. Ter como prioridade uma campanha contra a privatização da ECT, chamada pelo Governo de reestruturação;
4. Campanha de denúncia contra a intervenção no TST nas Negociações Coletivas;
5. Moção de repúdio contra a ECT exigindo a anulação das punições e demissões dos trabalhadores que ocuparam o edifício sede dos Correios;

Setorial dos Servidores Federais

Entidades presentes: ANDES, SINASEFE, SINTRAJUD-SP, FASUBRA, FENAJUF, SINTUFABC, SINDESEF-SP, SINTEST-RN e SINDSALEM.

Pauta:

1. Informes;
2. Reunião do Fórum dos SPFs em Brasília (10/11/2015);
3. Eleições Sindicais;
4. Outros

1. Todas as entidades deram seus informes, porém não entregaram por escrito;
2. Participação da reunião do Fórum do SPF's com as Centrais Sindicais em Brasília para discutir a construção da greve geral no próximo dia 10 de novembro.

Encaminhamentos:

- 2.1. Todas as entidades devem envidar esforços para participar desta atividade,
 - 2.2. Apresentar proposta de campanha contra o PL 2333/2015 (*home office*) que altera o RJU permitindo que os servidores públicos trabalhem em casa;
 - 2.3. Apresentar proposta de ação de inconstitucionalidade contra a adesão automática dos servidores ao FUNPRESP.
3. Eleições nos seguintes sindicatos: SINDITEST-PR, SINTEST-RN, SINDITIFES-PA, SINDISCOPE-RJ e SINTEFPB.
Encaminhamentos:
Discutir apoio financeiro e material e possível deslocamento de militantes para trabalharem como mesários e fiscais.
 4. Moção de apoio à greve dos servidores da Assembleia legislativa do Estado do Maranhão.

GT de Comunicação

A partir das propostas de resoluções do 1º Seminário de Comunicação aprovadas no 2º Congresso Nacional da Central, o GT de Comunicação vem buscando aplicar iniciativas que respondam às demandas apontadas no seminário. O objetivo é qualificar a comunicação da CSP-Conlutas Nacional e estabelecer uma relação com os estados para que também possibilite uma melhor comunicação em todo o país.

A necessidade de pensar a comunicação na Central é imediata diante da realidade política e econômica que estamos enfrentando, que abre espaço efetivo para a Central na luta dos trabalhadores urbanos e do campo, dos movimentos sociais e das lutas contra opressões.

Neste sentido propomos,

1. Fortalecer o GT de Comunicação com a presença de dirigentes de comunicação de entidades estaduais ou o envio de jornalistas para a reunião da Coordenação.
2. Ampliar o grupo de WhatsApp de jornalistas da Central para os dirigentes interessados em trocar informações.
3. Neste sentido e para facilitar informações estaduais, também haverá um banner a partir desta semana no site da CSP-Conlutas com o telefone do WhatsApp da imprensa da Central.
4. Buscar organizar os seminários regionais aprovados no seminário nacional.
5. O Departamento de Comunicação da Central está preparando um Manual de Comunicação com orientações práticas que podem ajudar o trabalho nessa área.
6. O GT solicita que a SEN discuta para as próximas reuniões da Coordenação um ponto sobre comunicação como uma das políticas da Central.
7. Como uma das ações imediatas a tarefa da comunicação neste momento é amplificar a divulgação da greve dos petroleiros.

4. Moções

Moção de solidariedade às vítimas da tragédia da Barragem do Fundão e repúdio às práticas da Mineração Samarco

Nós da Coordenação Nacional da CSP CONLUTAS e seus sindicatos e movimentos sociais filiados, nos solidarizamos com todas as vítimas desta catástrofe anunciada e colocamos nossos recursos e forças a serviço destas companheiras e companheiros e estamos de luto junto com eles.

Na nossa opinião não foi um acidente, não pelo menos no sentido de que era inevitável. Ao contrário, a maioria das mortes ocorridas na mineração é crônica anunciada. Esta não é uma exceção.

Trata-se de uma barragem que está em funcionamento há mais de 20 anos, sem fiscalização do Estado e, conseqüentemente, sem manutenção por parte da empresa.

Repudiamos o modelo predatório com que estas empresas, como a Samarco, em que a Vale tem participação acionária de 50%, e a BHP os outros 50% trabalham para garantir o máximo de lucros no mínimo de tempo com os menores gastos possíveis, só pode gerar acidentes e mortes, como as que tragicamente ocorreram. Mais de uma vez, e não apenas em relação à Samarco, mas também a Vale e a CSN, os trabalhadores e os sindicatos têm alertado sobre os altos índices de adoecimentos e de acidentes existentes na mineração. Exigimos de Pimentel e Dilma a punição exemplar dos responsáveis. A Samarco tem que ressarcir as vítimas e suas famílias de todas as perdas materiais que sofreram, reconstruir o distrito de Bento Rodrigues que foi completamente destruído e compensar o município pelos enormes danos ambientais. Sabemos que nada disso será suficiente para compensar as vidas perdidas. Mas é uma forma de fazer com que as empresas sejam responsabilizadas pelos seus atos maléficos contra os trabalhadores e as comunidades. Os trabalhadores, juntamente com seus sindicatos e organizações, precisam organizar grandes lutas para cobrar uma mudança na postura das empresas. O lucro não pode ser colocado como prioridade em relação à vida. A CSP-Conlutas e seu sindicatos e movimentos filiados estão a serviço dessa luta.

Moção pela reintegração dos dirigentes sindicais afastados pela Eaton de São José dos Campos

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, reunida nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015, vem por meio desta, exigir o imediato retorno ao trabalho dos metalúrgicos demitidos arbitrariamente pela direção da Eaton, em São José dos Campos, em pleno desenrolar das mobilizações da Campanha Salarial 2015.

Após uma greve, realizada no dia 29 de setembro, que inclusive contou com uma violenta repressão da PM comandada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), a direção da Eaton realizou uma série de ataques contra a organização dos trabalhadores, incluindo o “afastamento para apuração de falta grave” dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região Ivan Cardoso e Marcelo Formiga, além da demissão arbitrária do trabalhador lesionado Edson Marcondes, que tem estabilidade no emprego garantida na Convenção Coletiva da categoria.

Não restam dúvidas de que a atitude truculenta da empresa visa desmobilizar o conjunto dos trabalhadores, que estão em luta por reajuste salarial e ampliação de direitos.

Portanto, reivindicamos da direção da Eaton, em respeito ao direito de greve, a reversão de suas medidas arbitrárias e o imediato retorno ao trabalho dos companheiros Ivan, Marcelo e Edson.

Da mesma forma, queremos exigir do governador Geraldo Alckmin o fim da presença de destacamentos da PM nas portas das fábricas para reprimir as mobilizações dos trabalhadores.

Moção de repúdio a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, reunida nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015, Repudia a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí – ALEPI por aprovar o projeto de Lei Complementar nº 006/2015 (Lei da Mordada ao MPE-PI) que alterou ao inc. IX do art.39 da Lei Orgânica do Ministério Público para incluir no rol de competências indelegáveis do Procurador-Geral de Justiça do Estado a atribuição de presidir inquérito civil e promover ação civil pública quando a autoridade reclamada for, além daquelas já previstas na LC nº 12/93, Secretário de Estado, Deputados Estaduais e o prefeito da Capital de Teresina.

Essa medida é uma verdadeira Lei da Mordada ao Ministério Público Estadual do Piauí – PI, impedindo-o de exercer as suas funções de órgão fiscalizador e deixando os gestores e parlamentares corruptos livres na impunidade.

Moção de apoio aos trabalhadores em educação da extinta Lei 100 em Minas Gerais

Cerca de 58 mil trabalhadores em educação de Minas Gerais serão sumariamente demitidos ao final de dezembro de 2015, pois faziam parte da extinta Lei 100. Essa Lei foi criada pelo ex-governador Aécio Neves (PSDB) e determinava a efetivação sem concurso público de cerca de 98 mil servidores estaduais contratados a título precário. O objetivo da Lei era resolver uma pendência previdenciária junto ao INSS, mas deu a esses trabalhadores a perspectiva de uma estabilidade em suas funções. O governo PSDB convenceu esses trabalhadores que eles estariam estáveis e garantidos até a aposentadoria. No entanto a Lei 100 foi julgada inconstitucional pelo STF que determinou a demissão sumária de todos os trabalhadores até 31/12/2015. Uma

parte expressiva conseguiu aposentadoria e outra parte será nomeada, pois fizeram concursos públicos. No entanto, umas significativas parcelas (58.000) serão mesmo dispensadas sem nenhum direito. Em sua maioria auxiliares de serviços gerais. Repudiamos a atitude do SIND-UTE/MG (CUT) e do atual governador do estado Fernando Pimentel (PT) que nada fizeram para resolver e evitar a demissão desses trabalhadores, grande parte deles doentes. E declaramos nosso irrestrito apoio aos demitidos.

Moção de apoio a companheira Maura e repúdio à sua demissão!

As entidades reunidas na Coordenação Nacional da CSP-Conlutas realizada nos dias 06 a 08 de novembro de 2015, na cidade de São Paulo, declaram seu irrestrito apoio a trabalhadora rodoviária Maura.

Maura, é uma reconhecida ativista da luta da categoria rodoviária e uma militante da nossa. Ela e foi demitida no dia 05/11 último da empresa São Silvestre onde trabalhava como cobradora.

Não temos dúvida de que a atuação da companheira na luta em defesa dos interesses da categoria rodoviária é o que motivou essa reação da empresa.

Maura que luta todo dia contra as demissões de seus companheiros e companheiras, que luta contra esse fantasma do desemprego, que com a crise econômica afeta cada vez mais a vida da classe trabalhadora desse país acabou sendo ela própria a demitida.

Nossa companheira está sendo perseguida pela patronal e pelo próprio sindicato da categoria por ter sido liderança da greve de 2014 e por ser porta voz da luta dos rodoviários.

Exigimos que a empresa São Silvestre reintegre a companheira e que se abstenha de perseguir aqueles que lutam em defesa dos trabalhadores.

Mas não nos intimidaremos!

Reintegração da companheira Maura já bem como de todos (as) os (as) cobradores (as) demitidos (as)!

Pelo fim da dupla função e da dupla roleta, que demite o trabalhador e bota em risco a vida de todos!

Não aceitaremos a demissão de um dirigente sindical e exigimos que o Sintraturb-rj se posicione em defesa da companheira.

Toda apoio e solidariedade à companheira Maura!

Todo apoio à greve dos (as) professores (as) da UEPB!!!

Há 5 meses, os/as professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – estão em greve por melhores salários e condições de trabalho. Até agora, o governador do Estado Ricardo Coutinho (PSB) não ofereceu nenhuma proposta de reajuste salarial à categoria, nem tampouco cumpriu a decisão judicial, que deliberou para que esta categoria tivesse seus salários reajustados com base na inflação do ano passado.

Além disso, a categoria incorporou em sua pauta de reivindicações a melhoria das condições de trabalho, como reforma dos espaços físicos do campus da universidade e outros pontos.

Nada disso foi respondido pelo governo do Estado, que além de tudo, descumpre de forma flagrante a lei de autonomia da UEPB, conquistada pela categoria há alguns anos atrás.

No dia 26 de outubro desse ano, os/as professores/as decidiram ocupar o prédio da Reitoria da universidade, como forma de chamar a atenção da sociedade para a situação de caos porque passa a universidade, como também forçar uma negociação com a Reitoria e o governo do Estado. A ocupação encerrou-se na sexta-feira passada – 06/11/15 – sem que o governo do Estado chamasse para uma negociação.

A greve dos/as docentes da UEPB é um movimento muito maior do que a justa reivindicação de reajuste salarial. É uma greve que pretende fazer com que a UEPB siga sendo pública e gratuita para todos e que o governo Ricardo Coutinho não consiga atingir o seu objetivo, que é de destruir uma das mais importantes instituições de ensino superior do Estado da Paraíba.

Os (as) trabalhadores (as) reunidos (as) na Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, expressam seu mais IRRESTRITO APOIO à greve dos (as) professores (as) da UEPB, ao mesmo tempo em que esperam que o governador do Estado, Ricardo Coutinho, e o Reitor da universidade, Rangel Júnior, atendam as justas reivindicações da categoria.

Moção de apoio à luta dos servidores da Assembleia Legislativa – ALEMA

A Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015 na cidade de São Paulo/SP apoiam irrestritamente a luta dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do

Maranhão que iniciaram a primeira GREVE dos servidores da casa legislativa, com início no dia 19 de outubro último e a suspenderam 10 dias depois, no último dia 28 de outubro.

A greve foi motivada pela intransigência da Mesa Diretora, que se recusa a aprovar a Reforma do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), principal item do acordo firmado entre o Sindsalem e a Alema, publicado no Diário Oficial da Casa, no dia 9 de junho de 2015.

Essa foi a primeira greve de servidores do Legislativo do Brasil e protagonizada por um sindicato filiado à CSP-Conlutas.

Moção de repúdio e exigência de reintegração de trabalhador acidentado no trabalho e demitido por justa causa

A empresa alemã Freudenberg do ramo têxtil, localizada em Jacareí/SP, é responsável por diversos acidentes e lesões ocorridos com os trabalhadores e trabalhadoras na sua fábrica. Como se já não bastasse esta falta de respeito em relação aos trabalhadores, quando acontece algum acidente eles fazem de tudo para criminalizar e demitir por justa causa estes trabalhadores.

Foi o que ocorreu em relação ao trabalhador Marcelo dos Reis dos Santos, trabalhador desta empresa há mais de 6 anos devido a um acidente do trabalho ocorrido com o mesmo em 09 de julho de 2013. Aplicaram-lhe injustamente a demissão por justa causa em agosto de 2014, tendo o mesmo conseguido sua reintegração em maio de 2015 e depois sendo demitido novamente em 19 de outubro de 2015.

A maior e principal responsabilidade por trás de um acidente do trabalho é da empresa por negligência da mesma nas condições de trabalho. Foi o que ocorreu com o Marcelo. Nenhum trabalhador em sã consciência deseja provocar ou sofrer qualquer tipo de acidente. O mesmo já sofreu uma punição que foi ficar incapacitado parcialmente de uma das mãos e já teve o sofrimento da dor e de todas as consequências de um acidentado do trabalho.

Neste sentido, condenamos a falta de respeito à saúde dos trabalhadores não tendo uma política que reduza as causas destes acidentes e doenças do trabalho. Condenamos posturas como a de demitir Marcelo dos Reis dos Santos, e exigimos a anulação desta justa causa e sua imediata reintegração. Acidente no trabalho é crime cometido pela empresa e não crime do trabalhador que teve sua integridade prejudicada.

Neste sentido nós dirigentes e ativistas participantes desta Coordenação Nacional da CSP-Conlutas realizada em SP nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015 subscrevemos e nos somamos a esta moção.

Prefeitura de Bayeux quer acabar com eleições diretas para diretor/a de escola municipal de Bayeux

Desde 2010, o magistério municipal de Bayeux conquistou o direito de escolher, através de eleição direta, o/a diretor/a das escolas municipais de nossa cidade. Foi uma dura luta, de vários anos, da categoria e do SINTRAMB. Infelizmente, o processo eleitoral é encaminhado via uma Resolução do Conselho Municipal de Educação, quando deveria ser, em nossa avaliação, através de uma lei municipal que efetivamente assegurasse tal conquista.

Apesar da direção do SINTRAMB ter construído um projeto de lei junto com o então vereador Nino do PT, este não chegou a ser debatido pela Câmara Municipal de Bayeux, na legislatura passada. Nesta legislatura, o presidente do sindicato, Antonio Radical e o diretor financeiro da entidade, Carlos Alberto, entregaram em mãos à vereadora Lucília Freitas o PL citado e, para nossa surpresa, até hoje não houve nenhum encaminhamento deste.

Agora, às vésperas de mais um processo eleitoral, a Prefeitura de Bayeux – via Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação – apresentam duas propostas de modificação da Resolução que se contrapõe ao previsto no PCCR da categoria.

A primeira proposta é proibir a possibilidade de haver permuta nas composições de chapas. Assim, se um diretor (a) geral quiser se candidatar a adjunto agora, este movimento não seria permitido; a segunda proposta é mais grave: no parágrafo 1º do artigo 3º, está expressamente colocado que se a escola possuir menos de 50% de efetivos em seu quadro, nesta não haverá eleição.

Com isso, a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação de Bayeux, querem dar um GOLPE nas eleições diretas para diretor (a) de escolas e, assim, fazer retornar os tempos em que o cargo de diretor (a) de escola era moeda de troca nas composições e alianças políticas em nossa cidade.

Os (as) trabalhadores (as) reunidos na Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, ao mesmo tempo que saúdam a vitória do magistério municipal de Bayeux, querem também REPUDIAR a ação da Prefeitura, da Secretaria

Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação de Bayeux em querer acabar com a democracia no interior das escolas municipais de Bayeux, conquistadas com muita luta pela categoria.

Moção de repúdio ao fechamento da Escola Estadual Salvador Allende

NÃO ACEITAREMOS O FECHAMENTO DA ESCOLA ESTADUAL SALVADOR ALLENDE!

Estamos juntos na luta dos estudantes da escola Salvador Allende contra o seu fechamento. Há semanas, nós, estudantes, professores, trabalhadores, mães, pais, militantes e moradores da Cohab II (José Bonifácio), Zona Leste, estamos em mobilização contra os desmandos do governo Alckmin, que quer nos calar na hora de decidir sobre as nossas próprias vidas.

Não temos razão para acreditar, conforme foi dito a nós pela Diretoria de Ensino da Leste 3 na semana passada, que a tal reestruturação das escolas melhorará nossas condições. Não temos porque acreditar que um governo que sempre nos virou as costas agora estará por nós. É o mesmo governo que conhecemos nos perrengues que passamos na CPTM e no constrangimento que sofreremos nos “enquadros” da PM.

A Escola Estadual Salvador Allende, embora tenha sido já uma grande referência de educação pública na nossa quebrada, hoje está completamente relegada ao abandono do Estado. Se há anos pedimos por reformas importantes no espaço da escola e como resposta só tivemos o silêncio, porque agora eles sabem tanto o que é melhor para nós que nem sequer nos consultaram?

Acreditamos que os investimentos destinados às periferias devam servir para melhorias da região e não como desmonte das poucas estruturas de formação que temos. Nossas necessidades são urgentes e precisam ser dialogadas diretamente com quem as sentem diariamente: NÓS MESMOS.

Sabemos bem das condições precárias do nosso ensino, da falta de estrutura, das péssimas condições de trabalho dos professores e trabalhadores da escola, mas isso não significa ser a favor do fechamento, muito pelo contrário. O Geraldo Alckmin é responsável pelo estado lamentável do seu espaço, mas ele é o nosso lugar de encontro e, se existe na gente uma necessidade enorme de lutar, é porque nesses anos todos fomos aprendendo por nós mesmos que a escola é muito mais nossa do que de qualquer governo.

Fizemos reuniões, conversas inúteis com a diretoria de ensino e todas as formalidades consideradas legítimas pela burocracia estatal. Mas apesar do descaso do Governador e de seus secretários, nós nos comprometemos a seguir na luta, com os instrumentos necessários que a resistência do governo nos impuser, contra o fechamento da Salvador Allende e das várias outras escolas que farão falta no cotidiano e que são de direito da nossa juventude Preta, Pobre e Periférica. A ESCOLA É NOSSA, GOVERNADOR!

A Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, reunida nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015, apoia e subscreve essa moção.

Moção de solidariedade à Confederação Coreana de Sindicatos contra a invasão de sua sede e contra a repressão governamental

A CSP-Conlutas quer expressar sua solidariedade aos trabalhadores, as trabalhadoras e seus sindicatos contra a batida policial realizada em sua sede com a prisão de sindicalistas no último dia 6 de novembro a mando do governo de Park Geun-Hye. A repressão contínua feita pelo governo contra os direitos democráticos para impedir a organização sindical e a luta contra a privatização e a desregulamentação é um ataque não apenas contra os trabalhadores coreanos, mas contra os trabalhadores de todo o mundo. Condenamos a prisão de dirigentes e membros do Sindicato dos trabalhadores do transporte e do serviço público (KPTU) e exigimos sua imediata libertação. Assim como o governo brasileiro persegue o movimento sindical na empresa estatal Petrobrás, os capitalistas estão saqueando o patrimônio público e criminalizando os trabalhadores e seus sindicatos.

Apoiamos sua greve nacional marcada para dia 12 de novembro de 2015. Nossos membros e sindicatos filiados estamos com vocês na defesa dos direitos humanos e trabalhistas. Sua luta é a nossa luta.

Vitória para os trabalhadores e trabalhadoras coreanos e para o KCTU!

Moção de solidariedade aos trabalhadores rodoviários demitidos da Carris

As entidades reunidas na Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, ocorrida nos dias 06, 07 e 08 de novembro de 2015, solidarizam-se com os motoristas e cobradores de Porto Alegre demitidos por participarem da paralisação da categoria no dia 03/08/15. A mesma foi deliberada em assembleia dos trabalhadores da empresa na mesma data como forma de protesto pela falta de segurança destes trabalhadores que tem sofrido com o aumento dos assaltos aos coletivos.

Repudiamos as ações da direção da Carris que, frente as mobilizações que paralisaram várias linhas, não cumpriu seu papel de garantir segurança aos trabalhadores e agora tenta criminalizar o movimento legítimo, tratando as lideranças como “associação criminosa” e punindo sete trabalhadores com demissões e afastamentos absolutamente injustificáveis.

Lutar em defesa de direitos, como adicional de periculosidade e segurança durante a jornada, não é crime. Fica explícita a perseguição política quando se observa que os demitidos por (in) justa causa são exatamente os mesmos que fizeram uso da palavra no carro de som durante a paralisação.

Condenamos a atitude antissindical da Carris que persegue os dirigentes sindicais e lideranças dos trabalhadores que são demitidos de forma autoritária.

Essa luta não irá cessar até a reintegração de todos os trabalhadores demitidos e afastados, o fim das perseguições políticas nas empresas e o atendimento de todas as reivindicações do movimento.

Anexo ao relatório:

- **Texto “O Sionismo sindical e a Histadrut”**
- **Contribuições e resoluções apresentadas ao debate sobre a terceirização nos serviços públicos**

Próxima reunião da Coordenação Nacional

Data: 19, 20 e 21 de fevereiro de 2016

Local: São Paulo